

Taxa do lixo só em agosto

Comissão do DF no Senado, em sessão tumultuada, adia votação do projeto

A Comissão do Distrito Federal no Senado realizou ontem uma de suas mais tumultuadas reuniões, quando deveria ser votada a instituição da taxa do lixo para os brasilienses, conforme projeto do Executivo, com exposição de motivos do governador Aimé Lamaison. Enquanto os senadores governistas pretendiam aprovar o voto em separado do senador Murilo Badaró (PDS-MG), favorável ao tributo e contrário ao parecer do relator Itamar Franco (PMDB-MG), que rejeitava o projeto, os oposicionistas, através do senador Afonso Camargo (PP-PR), pediram vistas do voto em separado, o que transfere a decisão para depois do recesso.

O presidente da Comissão, senador Lázaro Barbosa (PMDB-GO), ao acatar o pedido de vistas, negando a solicitação do senador Saldanha Derzi (PDS-MS), para que a decisão fosse do plenário da Comissão, onde o PDS tem maioria suficiente para negar o pedido e obrigar à votação, foi acusado de parcial, faccioso e violento. Bruscaamente, Lázaro Barbosa disse que, neste caso — deliberação do plenário —, seria como rasgar o regimento e passar a deliberar através das maiorias em plenário, dando por encerrada a reunião.

Ao final, o senador Itamar Franco observou que, em virtude do recesso parlamentar de julho, "fica paralisado o processo político-legislativo do Distrito Federal que, se tivesse uma Assembleia Legislativa, como pleiteia sua população, poderia resolver a questão", acrescentando não entender "porque se teima em não dar à cidade uma representação política".

O senador Saldanha Derzi, visivelmente irritado, afirmava que "isso é uma violência", insistindo que constasse em ata seu protesto contra a decisão da presidência de aceitar o pedido de vistas, e lamentando que "isso venha provar que não podemos dar a presidência de comissão à oposição, pelo faciosismo que se verificou". Mesmo depois do presidente encerrar a reunião, Saldanha Derzi continuou a acusá-lo de imparcial, dizendo que a oposição queria apenas adiar a decisão, uma vez que o projeto está na comissão há mais de um mês,

REUNIAO

Das mais concorridas, a reunião de ontem na Comissão do DF contou com a presença do presidente do PDS, senador José Sarney (MA), dos senadores Lázaro Barbosa (PMDB-GO); Itamar Franco (PMDB-MG); Passos Porto (PDS-SE); Afonso Camargo (PP-PR); Saldanha Derzi (PDS-MS); Moacyr Dalla (PDS-ES); José Guimard (PDS-AC); Adalberto Sena (PMDB-AC) e Henrique Santillo (PT-GO). Logo no início, o senador Itamar Franco fez questão de que constasse em ata seu protesto por não ter sido convocado para a reunião extraordinária de anteontem, quando foi aprovada a licença para o GDF contrair mais de um bilhão em empréstimos, destinados a obras de urbanização nas cidades-satélites.

Itamar disse que sempre levou a sério os problemas do DF, "inclusive muitas vezes em detrimento dos interesses do meu Estado", e que o fato do Executivo, "sabendo do recesso que está para se iniciar, mandar seus projetos para serem aprovados a toque de caixa, só serve para desmoralizar a Comissão e mostrar a fraqueza do poder legislativo".

Lázaro Barbosa argumentou que o senador mineiro estava na presidência da CPI Nuclear, no momento da reunião, e culpou a secretária da Comissão por não o haver convocado. Ante a insistência de Itamar em protestar contra sua exclusão, Lázaro Barbosa relatou a intervenção do governador Aimé Lamaison no caso:

"Na semana passada, a presidência da Comissão recebeu, em tom quase dramático, um telefonema do coronel Lamaison, colocando nos a par das extremas dificuldades e da premência de tempo que enfrenta para resolver os problemas urbanos das áreas mais carentes, onde os problemas sociais são mais graves. O coronel lembrou que já tinha uma alocação de recursos da Secretaria do Planejamento, para obras no Gama e na Ceilândia, que, se não fossem iniciada e concluídas antes do período de chuvas, os prejuízos à administração e a centenas de milhares de moradores dessas áreas

seriam imensos".

O senador goiano explicou que havia ponderado com o Governador que não seria fácil dar rapidez à tramitação do projeto concedendo empréstimo, ocasião em que Lamaison apelou para a liderança da minoria - PDS - que solicitou urgência, sendo atendido pela presidência da Comissão. Lázaro acrescentou que a comissão não poderia ser responsabilizada pela não conclusão das obras, embora houvesse atropelo do tempo.

TAXA

Logo no início das discussões em torno da taxa do lixo, ficou claro que os governistas eram a favor da cobrança do novo tributo, enquanto os oposicionistas estavam contra. O senador Passos Porto (PDS-SE), foi o primeiro a falar, lembrando que, há pouco tempo, a Comissão havia aprovado desvio da destinação da taxa judiciária, para construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF. Em sua opinião, esta taxa não era do interesse da população de Brasília e sim de uma entidade de classe, "enquanto outras entidades, como a dos engenheiros, por exemplo, não recebem este tipo de incentivo".

Acrescentou que a população do DF é a mais beneficiada com recursos da União, citando os municípios de Juiz de Fora, Aracaju e Campo Grande, "que, como a maioria, recebem minguados recursos". Finalmente, declarou que aprovaria o voto em separado de Murilo Badaró (PDS-MG), "convencido de que os recursos provenientes da taxa do lixo vão ser destinados a objetivos importantes e prementes, como a coleta do lixo e o saneamento básico, incidindo sobre a propriedade urbana, sem onerar as camadas mais pobres".

Ato contínuo, Itamar Franco pediu vistas do voto em separado, com o que Passos Porto não concordou, alegando que "ele é o relator e já tem conhecimento do projeto". Itamar pediu, então, que se recorresse ao regimento, mas, antes de

uma decisão da presidência, o senador Afonso Camargo (PP-PR), com a anuência de Itamar, solicitou vistas, insinuando que "eu peço e dou para o Itamar apreciar".

Ante os protestos dos governistas, o presidente da Comissão informou que não poderia negar o pedido de vistas, por não ser matéria em regime de urgência. Passos Porto observou que, "se em cada seção, um dos 20 membros pedir vistas, nunca teremos uma decisão", tentando mostrar que a oposição queria apenas prosterger o resultado. Itamar respondeu que "mais sério ainda é o fato de projetos permanecerem na gaveta de senadores sem parecer, como temos visto", com o que concordou Passos Porto.

Afonso Camargo insistia que não era para protestar, mas sim para um "maior aprofundamento", o seu pedido de visto, irritando ainda mais os governistas. Lázaro Barbosa, com o regimento na mão, leu o artigo 153, que assegura o pedido de vistas a qualquer membro da Comissão, convocando o testemunho de Moacyr Dalla (PDS-ES), membro da Comissão de Constituição e Justiça, para que relatasse o que acontece naquela Comissão. Dalla, então, informou que o pedido de vistas não poderia ser negado, colocando por água abaixo as pretensões de seus colegas pedessitas.

GREVE DE FOME

As cinquenta famílias que invadiram casas da SHIS no setor P/Sul de Taguatinga, e que estão para ser expulsas, ameaçam fazer uma greve de fome de três dias, em frente ao altar construído para a missa que será rezada pelo Papa, caso não se encontre uma solução para o problema ainda hoje. Ontem, o senador Henrique Santillo enviou um apelo ao presidente em exercício, da Comissão do Distrito Federal, senador Lázaro Barbosa, pedindo que se faça um apelo às autoridades do Distrito Federal, para que seja resolvido, da melhor maneira possível, o problema dos invasores do Setor P.